

ANC

- 8 FEV 1987

O GLOBO

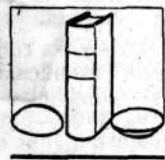
+

ANC

199

Governo e empresário têm 'lobby' para enfrentar os 'progressistas'

BRASÍLIA — "Se os constituintes não respeitarem as atuais normas, como esperar que os militares respeitem a Constituição?"



A indagação, feita por alta fonte das Forças Armadas, resume uma preocupação que já na primeira semana da Constituinte uniu Governo, os militares e todos os empresários num lobby, diante da ameaça de alguns grupos "progressistas" de promoverem mudanças na atual Constituição, antes mesmo de a nova Carta ficar pronta.

— Se isso acontecer, o Governo e os empresários vão perder o controle da Constituinte. E o Presidente Sarney vai ter que governar através de éditos (atos de governo adotados na monarquia e nos reinados não constitucionais e sem parlamento) — disse um dos empresários que acompanham os trabalhos na Constituinte.

Segundo esse empresário, tanto o Governo, quanto os militares e o empresariado estão trabalhando no Congresso para identificar os grupos "progressistas" e simpatizantes da idéia. A tese de promover alterações nas normas durante a Constituinte, com base no princípio de que "a Constituinte é soberana", de acordo com a fonte, assusta o Presidente José Sarney e os militares, especialmente num ponto: de uma hora para outra, Sarney pode ter o seu mandato reduzido.

— Pelas normas do Congresso, para se alterar qualquer ponto da Constituição é preciso que dois terços da Câmara e o Senado aprovem. Pelas normas da Constituinte, a exigência é menor e é isso que assusta. Para derrubar qualquer norma atual, basta aprovação da maioria absoluta, ou seja, 50% mais um. E isso, com uma boa articulação, não é

difícil de se conseguir — explica o empresário.

Diante de tantos interesses, dúvidas e "ameaças", os novos constituintes iniciaram o trabalho sob muitos olhares atentos. Dias atrás, podia-se ver numa sala especial, acompanhando todos os acontecimentos no plenário representantes estrangeiros da multinacional British Petroleum. A empresa tem vários contratos de risco para prospecção de petróleo no Brasil e teme que, numa "onda nacionalista", a Constituinte imponha mais restrições ao capital estrangeiro.

A expectativa da empresa é a mesma de todas as multinacionais. Na análise de riscos, elas tomam como exemplo a lei da reserva de mercado na área da informática, que praticamente expulsou do Brasil todo o investimento estrangeiro no setor. E para evitar obstáculos, a saída é jogar todo o peso do convencimento no Congresso. A IBM (computadores), por exemplo, além de trabalhar com escritório próprio em Brasília, contratou uma empresa especializada em lobby, a Semprel, do ex-Ministro Said Faraht, para garantir seus interesses na Constituinte. A Semprel tem ainda no rol de seus grandes clientes a multinacional Johnson e Johnson, que tem vários interesses e grande penetração no País.

Mas o lobby dos computadores, do lado "nacionalista" (reserva de mercado), também é grande. O Senador Severo Gomes (PMDB-SP), um dos principais defensores da reserva de mercado, recebeu no seu gabinete, semana passada, representantes da Secretaria Especial de Informática (SEI) e da Associação Brasileira das Indústrias de Computadores e Periféricos (Abicom) para discutir estratégias de atuação, especialmente junto aos constituintes que nunca tiveram mandato parlamentar.

Entretanto, segundo os especialistas, a atuação do lobby propriamente dito ainda não começou de fato. A fase atual é de "reconhecimento do terreno" (tendências, perfil dos constituintes etc). Os lobistas que atuam dentro do Congresso dependem, para aplicar suas estratégias, do Regimento Interno da Constituinte.

E enquanto o Congresso não se define, muitos, especialmente o empresariado, investem nas chamadas análises de risco, na tentativa de detectar rumos políticos e econômicos na Constituinte e no Governo. Proliferam também as empresas especializadas no assunto. Somente a GPL Consultores Associados, inaugurada em Brasília no dia da instalação da Constituinte, já fechou contratos para análises de risco com 50 empresas, a maioria nacionais. A partir dessas análises é que são definidas as estratégias de lobby.

Os Ministérios também contam com um grande contingente de assessores no Congresso. Acompanhando todo o trabalho do plenário e fora dele, os chamados assessores parlamentares fazem um corpo a corpo para identificar quem é e quem não é simpático aos interesses de seus Ministérios. O próprio Diretor Executivo da Associação Nacional de Revistas (ANR), Murilo de Aragão, está diariamente no Congresso. A entidade tem duas grandes preocupações: manter a imunidade tributária sobre o papel e a tinta (prevista na atual Constituição) e o preço do papel dentro das normas do CIP.

Além dos tradicionais lobistas — assessores parlamentares, empresas e, do lado dos sindicatos dos trabalhadores, o Departamento Intersindical de Assessoramento Parlamentar (Diap) — o grupo dos militares não anistiados faz plantão permanente no cafezinho da Câmara (tradicional ponto de encontro).